



BRASIL

**CONSELHO DE SEGURANÇA
DAS NAÇÕES UNIDAS
2022-2023**



**CANDIDATE FOR THE
SECURITY COUNCIL
2022-2023**

**CANDIDAT AU CONSEIL
DE SÉCURITÉ
2022-2023**

**CANDIDATO AL CONSEJO
DE SEGURIDAD
2022-2023**



**CANDIDATURA DO BRASIL AO CONSELHO
DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS**

BRAZIL
2022-2023

***UPHOLDING PRINCIPLES,
PROMOTING FREEDOM***

Carta do Ministro de Estado das Relações Exteriores

O Brasil tem a satisfação de apresentar sua candidatura a assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no biênio 2022-2023. O pleito brasileiro, candidato único pelo Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC), está firmemente ancorado nos históricos compromissos do país com a paz e a segurança internacionais e com a defesa e proteção dos direitos humanos, liberdades fundamentais e dignidade humana, conforme, inclusive, estipula nossa Constituição.



O Brasil orgulha-se de ter cumprido, desde 1946, dez mandatos como membro não permanente do CSNU. Nessas ocasiões, colaborou ativamente para o trabalho do órgão, tanto no que diz respeito às deliberações em Nova York como em relação ao cumprimento dos mandatos de operações de manutenção da paz e missões políticas especiais nas Américas, na África, na Ásia, na Europa e no Oriente Médio.

O governo brasileiro continuará a defender o papel do Conselho de Segurança na prevenção e resolução de ameaças à paz e à segurança internacionais, sempre de acordo com os propósitos e princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas e em respeito à soberania de todas as nações. Ademais, compromete-se a manter, na medida de suas capacidades, contribuição efetiva para missões de paz das Nações Unidas.

O presente material apresenta antecedentes, compromissos e prioridades da candidatura brasileira ao Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2022-2023.

Carlos Alberto Franco França
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PREVENIR E PACIFICAR

A atuação do Brasil no Conselho de Segurança, em 2022-2023, primará pela defesa dos princípios basilares da Carta das Nações Unidas, que incluem a defesa resoluta das liberdades fundamentais, o respeito à dignidade humana e a prevalência dos direitos humanos, a fim de edificar uma paz genuína e duradoura, assentada sobre os pilares da democracia e da justiça.



O Conselho de Segurança das Nações Unidas

Em seus dois discursos na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente Jair Bolsonaro recordou que o Brasil abraça esses valores não só por tradição, mas também por mandamento constitucional, visto que eles se encontram expressos em sua Carta Magna, ao lado de vários outros postulados de mesma inspiração que regem suas relações internacionais. Enfatizou ainda o firme respaldo do governo brasileiro às Nações Unidas, por um mundo onde os Estados se respeitem mutuamente e onde os governos nacionais respondam aos anseios de todos os seus cidadãos.

Para tanto, o Brasil se valerá da mediação, da diplomacia preventiva e de seu papel de construtor da paz como ferramentas indispensáveis para evitar que crises escalem para conflitos, bem como para garantir a consolidação da paz decorrente de acordos monitorados pelas Nações Unidas.

MANUTENÇÃO EFICIENTE DA PAZ

O Brasil apresenta sólido histórico de contribuições para as operações de manutenção da paz e para as missões políticas especiais da ONU. Ao longo dos últimos 70 anos, participou de mais de 50 missões de paz, com mais de 55 mil militares e policiais. Exerceu o comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) por treze anos ininterruptos e o comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) por quase dez anos.

Destaca-se, ainda, a participação do Brasil na Missão da ONU para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO), onde exerce o comando do componente militar e onde equipe móvel de treinamento especializada em guerra na selva proporciona capacitação de tropas de terceiros países que integram a Missão. O Brasil tem, além disso, sediado cursos de treinamento da ONU e cooperado com diversos países na capacitação de suas tropas.

Uma vez eleito, no CSNU, o Brasil advogará pela observância permanente das premissas básicas de atuação da ONU: a existência de paz a ser mantida, o consentimento das partes e o uso da força como último recurso. Defenderá, nesse sentido, a aprovação de mandatos que corroborem a interdependência entre segurança e desenvolvimento e a prevenção de conflitos. Zelar também para que tais mandatos sejam realistas, claros e condizentes com os meios e recursos disponíveis para as missões de paz.



Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), 2004-2017

RESPOSTA HUMANITÁRIA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

O Brasil continuará a defender o respeito estrito ao Direito Internacional Humanitário e ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, com máxima atenção às liberdades individuais e às garantias fundamentais, tanto pelas partes em conflitos armados quanto pelo Conselho de Segurança na imposição de sanções e de outras medidas de apoio à paz e à segurança internacional.

O Brasil é membro do Grupo de Amigos da Proteção de Civis, onde atua para estimular a comunidade internacional a reduzir os impactos dos conflitos armados sobre a população civil. No cumprimento dessa missão, seguirá empenhado na proteção das populações vulneráveis em contexto de conflito armado, especialmente mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência. Privilegiará iniciativas relacionadas à garantia de

educação para crianças e jovens, principalmente refugiados e deslocados internos, e favorecerá as medidas de proteção a hospitais e de garantia de acesso a serviços médicos. Na visão do Brasil, sem jamais abandonarem a bússola fundamental da liberdade, essas ações devem ser empreendidas com ainda maior vigor diante da pandemia de COVID-19, que lamentavelmente tem cobrado tantas vidas e gerado apreensão quanto ao futuro do mundo pós-coronavírus.



Operação Acolhida – Mais de 250 mil refugiados venezuelanos acolhidos

AVANÇO DA AGENDA DE MULHERES, PAZ E SEGURANÇA

Em 2017, o Brasil lançou seu primeiro Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, cuja vigência foi estendida, em 2019, por quatro anos adicionais. Por dois anos consecutivos, em 2019 e 2020, capacetes azuis brasileiras foram premiadas pela ONU por seu trabalho na MINUSCA, na República Centro-Africana. As comandantes Márcia Braga e Carla Araújo dão testemunho da excelência do preparo oferecido pelas Forças Armadas do Brasil a suas tropas e dos benefícios auferidos com a participação plena, igualitária e significativa de mulheres nas missões da ONU.

Em seu mandato, o Brasil promoverá a valorização da agenda de mulheres, paz e segurança como aplicação prática da relação entre manutenção e consolidação da paz. Valer-se-á, ade-

mais, de suas credenciais como país contribuinte de tropas reconhecidas por sua disciplina para coadjuvar no combate ao abuso e à exploração sexual, componentes-chave do Plano Nacional de Ação. Apoiador da política de tolerância zero da ONU, o Brasil acredita que sua experiência modelar em prevenção e treinamento oferecerá fórmulas eficazes para a solução do problema.



Comandante Márcia Andrade Braga, Consultora de Gênero da MINUSCA

COORDENAÇÃO COM A COMISSÃO DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ

O Brasil participa ativamente do debate sobre o fortalecimento da arquitetura de consolidação da paz da ONU. Como apoiador da criação da Comissão de Consolidação da Paz (PBC, da sigla em inglês), em 2005, e presidente do órgão em 2014, o Brasil promoveu a participação de países em desenvolvimento e de organizações regionais e sub-regionais africanas nas atividades da Comissão e buscou o engajamento entre a PBC e o CSNU.

O Brasil defende abordagem integrada da prevenção e resolução de conflitos e da manutenção e consolidação da paz. Considera que o CSNU e a PBC devem trabalhar conjuntamente sempre que possível e apoia o papel de assessoramento da PBC ao CSNU, especialmente nas negociações de renovação de mandatos e encerramento de operações de manutenção da paz e missões políticas especiais.

Desde 2007, o Brasil exerce a presidência da configuração Guiné-Bissau da PBC. Primeiro país em desenvolvimento a exercer a função, o Brasil tem trabalhado em estreita coordenação com atores nacionais e organizações regionais e internacionais relevantes.

No exercício do seu mandato, o Brasil defenderá que a paz duradoura não significa simplesmente a ausência de conflitos armados, mas exige, igualmente, de forma estrutural, o respeito às liberdades fundamentais e à dignidade humana, inclusive a liberdade de expressão e a liberdade religiosa.



Brasil na Comissão de Consolidação da Paz

ARTICULAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

O Brasil reconhece a importância da colaboração e do planejamento conjunto entre a ONU e organizações regionais relevantes.

No continente americano, o país buscará contribuir para o incremento da cooperação e coordenação entre o Conselho de Segurança da ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA), em benefício do tratamento das situações do Haiti e da Colômbia, assim como do drama que vive a Venezuela. O crime organizado transnacional é, hoje, uma das maiores ameaças à paz do continente.

O Brasil apoia também a União Africana (UA) e as organizações sub-regionais do continente



africano na busca de “soluções africanas para problemas africanos”. Nesse sentido, sublinha a importância do aprimoramento da cooperação entre o Secretariado das Nações Unidas e a Comissão da UA, bem como entre o CSNU e o Conselho de Paz e Segurança da UA. Reconhece ainda o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no âmbito da qual seguirá atuando em favor da concertação política para a promoção da paz e de segurança internacional.

POR UM CONSELHO DE SEGURANÇA MAIS REPRESENTATIVO E EFICAZ

As credenciais brasileiras são atestadas pelo desempenho de mandatos como membro não permanente do Conselho de Segurança nos biênios 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99, 2004-05 e 2010-11. O Brasil sempre atuou, no exercício desses dez mandatos, em prol da harmonização de posições entre as nações soberanas que o compõem, especialmente em situações de grande polarização e divergência.

Reconhecendo a prerrogativa do Conselho de autorizar o uso da força, o Brasil defende que o órgão atue de forma eficiente, transparente e responsável, com métodos de trabalho aprimorados, orientado pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e guiado pelo interesse do conjunto dos Estados membros da Organização.

O Brasil manterá seu inabalável compromisso com a reforma do Conselho de Segurança. Para o Brasil, a reforma, há muito devida, representará avanço essencial para que o CSNU retenha sua centralidade e autoridade perante os múltiplos e complexos desafios que se apresentam à paz e à segurança internacional no século XXI, entre os quais o financiamento ao terrorismo e a proliferação de armas de destruição em massa.



BRASIL
CONSELHO DE SEGURANÇA
DAS NAÇÕES UNIDAS
2022-2023

**BRAZILIAN CANDIDACY FOR A SEAT
IN THE UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL**

BRAZIL
2022-2023

***UPHOLDING PRINCIPLES,
PROMOTING FREEDOM***

Letter of the Minister of Foreign Affairs

Brazil is pleased to announce its candidacy for a non-permanent seat in the United Nations Security Council (UNSC) for the 2022-2023 biennium. As the only candidate from the Latin American and Caribbean Group (GRULAC), the Brazilian claim is anchored in the country's historic commitment to international peace and security and to the defense and protection of human rights, fundamental freedoms, and human dignity, as established by our Constitution.



Brazil is proud to have fulfilled, since 1946, ten mandates as a non-permanent member of the UNSC. In these occasions, it actively contributed to the Council's work regarding both the discussion and approval of resolutions in New York and the fulfillment of mandates in peacekeeping operations and special political missions in the Americas, Africa, Asia, Europe, and the Middle East.

The Brazilian government will continue to defend the Security Council's role in the prevention and resolution of threats to international peace and security, always in accordance with the purposes and principles established by the Charter of the United Nations and with respect for the sovereignty of all nations. Additionally, it undertakes to maintain, to the extent of its capacities, an effective contribution to the United Nations peacekeeping missions.

This material includes background, commitments, and priorities of the Brazilian candidacy for a seat in the United Nations Security Council in the 2022-2023 biennium.

Carlos Alberto Franco França
Minister of Foreign Affairs

PREVENTING AND PACIFYING

Brazil's participation in the Security Council (2022-2023) will promote the defense of the basic principles of the Charter of the United Nations, which include the resolute defense of fundamental freedoms, the respect of human dignity, and the prevalence of human rights, in order to build a genuine and lasting peace, based on the pillars of democracy and justice.



The UN Security Council

In both his speeches before the United Nations General Assembly, President Jair Bolsonaro recalled that Brazil embraces these values not only due to tradition, but also due to a constitutional mandate, as they are part of its Constitution along with other principles of similar purpose that govern its international relations. He also emphasized the Brazilian government's strong support of the United Nations, with a view towards a world where the States respect each other and national governments satisfy the demands of all its citizens.

With this in mind, Brazil will employ mediation, preventive diplomacy, and its role as peacebuilder as the main tools to prevent crises from escalating to conflicts, as well as to ensure peacebuilding efforts resulting from agreements monitored by the United Nations are successful.

EFFICIENT PEACEKEEPING

Brazil has a solid record of contributions to the UN peacekeeping operations and special political missions. Over the last 70 years, it took part in more than 50 peacekeeping missions, with over 55 thousand military and police personnel deployed. It has led the United Nations Stabilisation Mission in Haiti (MINUSTAH) for thirteen uninterrupted years, as well as the Maritime Task Force of the United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL) for almost ten years.

It is also important to note Brazil's involvement in the United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUSCO), where it leads the military component and where a mobile training team specialized in jungle warfare provides training for troops of third-party countries deployed to the Mission. Moreover, Brazil has hosted UN training courses and helped to train troops of several countries.

Once elected, Brazil will advocate for permanent compliance with the basic premises of UN peacekeeping operations: the existence of a peace to be kept, the consent of the parties, and the use of force as a last resort. It will defend, in this regard, the approval of mandates that corroborate the interdependence between security and development and conflict prevention. It will also ensure that such mandates are realistic, clear, and consistent with the means and resources available for peacekeeping missions.



Brazil at the United Nations Stabilisation Mission in Haiti (MINUSTAH), 2004-2017

HUMANITARIAN RESPONSE AND PROMOTION OF HUMAN RIGHTS

Brazil will continue to advocate the strict respect for International Humanitarian Law and International Human Rights Law, with utmost attention to the individual freedoms and fundamental guarantees, both by the parties to armed conflicts and by the Security Council in the adoption of sanctions and other measures to support international peace and security.

Brazil is a member of the Group of Friends on the protection of civilians in armed conflict, where it works to encourage the international community to reduce the impacts of armed conflict on civilian populations. In order to accomplish this mission, the country will remain committed to the protection of vulnerable populations in the context of armed conflict, especially women, children, the elderly, and people with disabilities.

It will favor initiatives related to the education of children and young people, especially refugees and internally displaced persons, and support measures to protect hospitals and guarantee access to medical services. In Brazil's view, without ever abandoning the essential compass of freedom, these actions must be undertaken with even greater vigor in face of the COVID-19 pandemic, which has, unfortunately, claimed so many lives and generated apprehension regarding the future of the post-coronavirus world.



Operation Welcome - Over 250 thousand sheltered Venezuelan refugees

ADVANCEMENT OF THE WOMEN, PEACE AND SECURITY AGENDA

In 2017, Brazil launched its first National Action Plan on Women, Peace, and Security, which was extended for four additional years in 2019. For two consecutive years, in 2019 and 2020, Brazilian blue helmets were awarded by the UN for their work at the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA). Commanders Márcia Braga and Carla Araújo are proof of the excellence of the training offered to the troops by the Brazilian Armed Forces and of the benefits achieved by the full, equalitarian, and significant participation of women in UN peacekeeping missions.

In its mandate, Brazil will promote the recognition of the women, peace and security agenda as a practical application of the relationship between

peacekeeping and peacebuilding. It will also employ its credentials as a country that contributes with troops recognized for their discipline to assist in the fight against sexual exploitation and abuse (SEA). As a staunch supporter of the UN's "zero tolerance" policy, Brazil believes that its experience in prevention and training will provide effective formulas to solve this problem.



Lt. Cdr. Márcia Andrade Braga, Gender Advisor at MINUSCA

COORDINATION WITH THE PEACEBUILDING COMMISSION

Brazil is actively involved in the debate on the strengthening of the UN Peacebuilding Architecture. As a supporter of the creation of the Peacebuilding Commission (PBC) in 2005, and as Chair in 2014, Brazil promoted the participation of developing countries and African regional and sub-regional organizations in the activities of the Commission and sought engagement between the PBC and the UNSC.

Brazil defends an integrated approach to conflict prevention and resolution and peacekeeping and peacebuilding. It considers that the UNSC and the PBC must work together whenever possible and supports the assistance that the PBC provides to the UNSC, especially in discussions of renewal of mandates and drawdowns of peacekeeping operations and special political missions.

Since 2007, Brazil has chaired the PBC Guinea-Bissau configuration. The first developing country to hold the position, Brazil has been working in strict cooperation with relevant national actors and regional and international organizations. Upon exercising its mandate, Brazil will advocate that lasting peace does not simply mean the absence of armed conflict, but also requires, in a structural way, the respect for fundamental freedoms and human dignity, including freedom of expression and religious freedom.



Brazil in the Peacebuilding Commission

COLLABORATION WITH REGIONAL ORGANIZATIONS

Brazil acknowledges the importance of the joint collaboration and planning between the UN and relevant regional organizations.

On the American continent, the country will try to contribute to increase the cooperation and coordination between the UN Security Council and the Organization of the American States (OAS), to the benefit of the international response to the situations in Haiti and Colombia, as well as the tragedy faced by Venezuela. Transnational organized crime is, currently, one of the biggest threats to peace in the continent.

Brazil also supports the African Union (AU) and African sub-regional organizations in the search



for “African solutions to African problems”. In this regard, it emphasizes the importance of enhancing the cooperation between the United Nations Secretariat and the AU Commission, as well as between the UNSC and the AU Peace and Security Council. It also acknowledges the role of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), within which it will continue to work to the benefit of political coordination in order to promote international peace and security.

FOR A MORE REPRESENTATIVE AND EFFECTIVE SECURITY COUNCIL

Brazilian credentials are certified by the fulfillment of mandates as a non-permanent member of the Security Council in the 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99, 2004-05, and 2010-11 biennia. During these ten mandates, Brazil has always acted in favor of the harmonization of positions between the sovereign nations that compose the Council, especially in highly polarized and divergent situations.

Acknowledging the Council's prerogative to authorize the use of force, Brazil defends that the body should work in an efficient, transparent, and responsible way, with improved working methods, guided by the purposes and principles of the Charter of the United Nations, as well as by the interests of all the Member States of the Organization.

Brazil will maintain its unwavering commitment to the reform of the Security Council. For Brazil, the long overdue reform will represent an essential step for the UNSC to retain its centrality and authority before the multiple and complex challenges to international peace and security in the 21st century, which include the financing of terrorism and the proliferation of weapons of mass destruction.



BRASIL

CONSELHO DE SEGURANÇA
DAS NAÇÕES UNIDAS
2022-2023

**CANDIDATURE DU BRÉSIL AU CONSEIL
DE SÉCURITÉ DES NATIONS UNIES**

BRÉSIL

2022-2023

***UPHOLDING PRINCIPLES,
PROMOTING FREEDOM***

Lettre du ministre des Affaires étrangères

Le Brésil est heureux d'annoncer sa candidature à un siège non permanent au Conseil de sécurité des Nations Unies (CSNU) pour 2022-2023. En tant que seul candidat du Groupe des États d'Amérique latine et des Caraïbes (GRULAC), la revendication brésilienne est fermement ancrée dans les engagements historiques du pays en faveur de la paix et de la sécurité internationales et de la défense et de la protection des droits de l'homme, des libertés fondamentales et de la dignité humaine, tels qu'établis par notre Constitution.



Le Brésil est fier d'avoir rempli, depuis 1946, dix mandats en tant que membre non permanent du CSNU. À ces occasions, il a coopéré activement aux travaux du Conseil, tant en ce qui concerne les résolutions à New York que l'exécution des mandats dans les opérations de maintien de la paix et les missions politiques spéciales dans les Amériques, en Afrique, en Asie, en Europe et au Moyen-Orient.

Le gouvernement brésilien continuera à défendre le rôle du Conseil de sécurité dans la prévention et le règlement des menaces à la paix et à la sécurité internationales, toujours conformément aux buts et principes énoncés dans la Charte des Nations Unies et dans le respect de la souveraineté de toutes les nations. En outre, il s'engage à maintenir, dans la mesure de ses capacités, une contribution efficace aux missions de maintien de la paix des Nations Unies.

Ce matériel comprend le contexte, les engagements et les priorités de la demande brésilienne pour un siège au Conseil de sécurité des Nations Unies pour l'exercice biennal 2022-2023.

Carlos Alberto Franco França
Ministre des Affaires étrangères

PRÉVENIR ET PACIFIER

La participation du Brésil au Conseil de sécurité en 2022-2023 sera marquée par la défense des principes fondamentaux de la Charte des Nations Unies, qui incluent la défense résolue des libertés fondamentales, le respect de la dignité humaine et la prévalence des droits de l'homme, afin d'édifier une paix authentique et durable, fondée sur les piliers de la démocratie et de la justice.



Le Conseil de Sécurité des Nations Unies

Dans ses deux discours devant l'Assemblée générale des Nations Unies, le président Jair Bolsonaro a rappelé que le Brésil embrasse ces valeurs non seulement par tradition, mais aussi par mandat constitutionnel, puisqu'elles sont exprimées dans sa Charte constitutionnelle, avec plusieurs autres postulats de même inspiration qui régissent ses relations internationales. Il a également souligné le ferme soutien du gouvernement brésilien aux Nations Unies, pour un monde où les États se respectent les uns les autres et où les gouvernements nationaux répondent aux attentes de tous leurs citoyens.

À cette fin, le Brésil fera valoir la médiation, la diplomatie préventive et son rôle de pacificateur comme outils indispensables pour éviter que des crises ne dégénèrent en conflits, ainsi que pour garantir la consolidation de la paix résultant des accords surveillés par les Nations Unies.

MAINTIEN EFFICACE DE LA PAIX

Le Brésil a un solide bilan de contributions aux opérations de maintien de la paix et aux missions politiques spéciales des Nations Unies. Au cours des 70 dernières années, il a participé à plus de 50 missions de maintien de la paix, avec plus de 55 mille militaires et policiers. Il a exercé le commandement de la Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti (MINUSTAH) pendant treize années ininterrompues, de 2004 à 2017, et le commandement du Groupe d'intervention navale de la Force intérimaire des Nations Unies au Liban (FINUL) pendant près de dix ans, de 2011 à 2021.

La participation du Brésil à la Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la stabilisation en République démocratique du Congo (MONUSCO) est également remarquable. Il y exerce le commandement de la composante militaire et une équipe mobile de formation spécialisée dans la guerre dans la jungle y assure la formation des troupes des pays tiers qui intègrent la mission. Le Brésil a en outre accueilli des cours de formation des Nations Unies et coopéré avec plusieurs pays pour la formation de leur troupes.

Une fois élu, au CSNU, le Brésil plaidera pour le respect permanent des prémisses de base d'action des opérations de maintien de la paix de l'ONU: l'existence d'une paix à être maintenue, le consentement des parties et l'usage de la force en dernier recours. À cet égard, il défendra l'approbation de mandats qui corroborent l'interdépendance entre sécurité et développement et la prévention des conflits. Il veillera également à ce que ces mandats soient réalistes, clairs et compatibles avec les moyens et les ressources disponibles pour les missions de maintien de la paix.



Le Brésil à la Mission des Nations unies pour la stabilisation en Haïti (MINUSTAH), 2004-2017

RÉPONSE HUMANITAIRE ET PROMOTION DES DROITS DE L'HOMME

Le Brésil continuera de défendre le strict respect du Droit international humanitaire et du Droit international des Droits de l'Homme, en accordant la plus grande attention aux libertés individuelles et aux garanties fondamentales, tant par les parties en conflits armés que par le Conseil de sécurité dans l'imposition de sanctions et d'autres mesures de soutien de la paix et la sécurité internationales.

Le Brésil est membre du Groupe des amis pour la protection des civils, où il agit pour encourager la communauté internationale à réduire les effets des conflits armés sur la population civile. Dans l'accomplissement de cette mission, il restera attaché à la protection des populations vulnérables dans le contexte des conflits armés, en particulier les femmes, les enfants, les personnes âgées et les personnes handicapées. Il favorisera les initiatives liées

à la garantie de l'éducation des enfants et des jeunes, principalement des réfugiés et des personnes déplacées à l'intérieur du pays, et privilégiera les mesures de protection des hôpitaux et de garantie d'accès aux services médicaux. Pour le Brésil, sans jamais abandonner la boussole fondamentale de la liberté, ces actions doivent être entreprises avec encore plus de vigueur face à la pandémie de COVID-19, qui a malheureusement fait tant de morts et suscité des appréhensions quant à l'avenir du monde post-coronavirus.



Opération Bienvenue - Plus de 250 mille réfugiés vénézuéliens hébergés

AVANCÉE DE L'AGENDA "FEMMES, PAIX ET SÉCURITÉ"

En 2017, le Brésil a lancé son premier Plan d'action national « Femmes, Paix et Sécurité », qui a été prolongé en 2019 pour quatre années supplémentaires. Pendant deux années consécutives, en 2019 et 2020, des casques bleus brésiliennes ont été récompensées par l'ONU pour leur travail à la MINUSCA, en République centrafricaine. Les commandants Márcia Braga et Carla Araújo témoignent de l'excellence de la formation offerte par les Forces Armées du Brésil à leurs troupes et des avantages tirés de la participation pleine, égale et significative des femmes aux missions de l'ONU.

Dans son mandat, le Brésil encouragera le renforcement de l'agenda « femmes, paix et sécurité » en tant qu'application pratique de la relation entre le maintien et la consolidation de

la paix. En outre, il profitera de ses références en tant que pays contributeur de troupes reconnues pour leur discipline à aider à lutter contre l'exploitation et les abus sexuels. Partisan de la politique de tolérance zéro des Nations Unies, le Brésil estime que son expérience modèle en matière de prévention et de formation offrira des formules efficaces pour résoudre le problème.



Commandante Márcia Andrade Braga, Conseillère dans les questions d'égalité des genres à la MINUSCA

COORDINATION AVEC LA COMMISSION DE CONSOLIDATION DE LA PAIX

Le Brésil participe activement au débat sur le renforcement de l'architecture de consolidation de la paix des Nations Unies. En tant que partisan de la création de la Commission de consolidation de la paix (CCP) en 2005 et président de l'organisme en 2014, le Brésil a encouragé la participation des pays en développement et des organisations régionales et sous-régionales africaines aux activités de la Commission et l'engagement entre la CCP et le CSNU.

Le Brésil défend une approche intégrée de la prévention et résolution des conflits, d'un côté, et du maintien et consolidation de la paix, de l'autre. Il estime que le CSNU et la CCP devraient travailler ensemble autant que possible et soutient le rôle consultatif de la CCP auprès du CSNU, en particulier dans les négociations pour le renouvellement des mandats et la clôture des opérations de maintien de la paix et des missions politiques spéciales.

Depuis 2007, le Brésil préside la formation Guinée-Bissau de la CCP. Premier pays en développement à jouer ce rôle, le Brésil a travaillé en étroite coordination avec les acteurs nationaux et les organisations régionales et internationales compétentes.

Dans l'exercice de son mandat, le Brésil défendra qu'une paix durable ne signifie pas simplement l'absence de conflits armés, mais exige également, de manière structurelle, le respect des libertés fondamentales et de la dignité humaine, y compris la liberté d'expression et la liberté religieuse.



Le Brésil à la Commission de consolidation de la paix

ARTICULATION AVEC LES ORGANISATIONS RÉGIONALES

Le Brésil reconnaît l'importance de la collaboration et de la planification conjointe entre l'ONU et les organisations régionales compétentes.

Sur le continent américain, le pays cherchera à contribuer à une coopération et une coordination accrues entre le Conseil de sécurité de l'ONU et l'Organisation des États américains (OEA), au profit de la gestion des situations en Haïti et en Colombie, vis-à-vis du drame que se déroule au Venezuela. La criminalité transnationale organisée est aujourd'hui l'une des plus grandes menaces à la paix du continent.

Le Brésil soutient également l'Union africaine (UA) et les organisations sous-régionales du conti-



ent africain dans la recherche de «solutions africaines aux problèmes africains». À cet égard, il souligne l'importance d'améliorer la coopération entre le Secrétariat des Nations Unies et la Commission de l'UA, ainsi qu'entre le CSNU et le Conseil de paix et de sécurité de l'UA. Le Brésil reconnaît également le rôle de la Communauté des pays de langue portugaise (CPLP), au sein de laquelle il continuera à agir en faveur de la concertation politique pour la promotion de la paix et de la sécurité internationales.

POUR UN CONSEIL DE SÉCURITÉ PLUS REPRÉSENTATIF ET PLUS EFFICACE

Les qualifications du Brésil sont attestées par l'accomplissement des mandats de membre non permanent du Conseil de Sécurité au cours des exercices biennaux 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99, 2004-05 et 2010-11. Le Brésil a toujours agi dans l'exercice de ces dix mandats en faveur de l'harmonisation des positions entre les nations souveraines qui le composent, en particulier dans des situations de grande polarisation et de divergence.

Reconnaissant la prérogative du Conseil d'autoriser le recours à la force, le Brésil fait valoir que l'organisme devrait agir de manière efficace, transparente et responsable, avec des méthodes de travail améliorées, guidées par les objectifs et principes de la Charte des Nations Unies et par les intérêts de l'ensemble des Etats membres de l'Organisation.

Le Brésil maintiendra son attachement indéfectible à la réforme du Conseil de sécurité. Pour le Brésil, la réforme, attendue depuis longtemps, représentera une avancée essentielle pour que le CSNU conserve sa centralité et son autorité face aux défis multiples et complexes auxquels la paix et la sécurité internationales sont confrontées au XXI^e siècle, y compris le financement du terrorisme et la prolifération des armes de destruction massive.



BRASIL
CONSELHO DE SEGURANÇA
DAS NAÇÕES UNIDAS
2022-2023

**CANDIDATURA DE BRASIL AL CONSEJO
DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS**

BRASIL

2022-2023

***UPHOLDING PRINCIPLES,
PROMOTING FREEDOM***

Carta del Ministro de Estado de Relaciones Exteriores

Brasil tiene el placer de presentar su candidatura para un puesto no permanente en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas (CSNU) en el bienio 2022-2023. Como único candidato del Grupo de América Latina y el Caribe (GRULAC), la postulación brasileña está firmemente basada en los compromisos históricos del país con la paz y la seguridad internacionales y con la defensa y protección de los derechos humanos, las libertades fundamentales y la dignidad humana, según estipula nuestra Constitución.



Brasil se enorgullece de haber cumplido diez mandatos desde 1946 como miembro no permanente del CSNU. En esas ocasiones, el país colaboró activamente con el trabajo del organismo, tanto con respecto a las deliberaciones en Nueva York como acerca del cumplimiento de mandatos de operaciones de mantenimiento de la paz y misiones políticas especiales en América, África, Asia, Europa y Oriente Medio.

El gobierno brasileño seguirá defendiendo el papel del Consejo de Seguridad en la prevención y resolución de amenazas a la paz y seguridad internacionales, siempre bajo los propósitos y principios establecidos en la Carta de las Naciones Unidas y respetando a la soberanía de todas las naciones. Además, Brasil se compromete a mantener, en la medida de sus capacidades, una contribución efectiva a las misiones de paz de las Naciones Unidas.

Este material presenta los antecedentes, los compromisos y las prioridades de la candidatura brasileña al Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas en el bienio 2022-2023.

Carlos Alberto Franco França

Ministro de Estado de Relaciones Exteriores

PREVENIR Y PACIFICAR

La actuación de Brasil en el Consejo de Seguridad en 2022-2023 dará prioridad a la defensa de los principios fundamentales de la Carta de las Naciones Unidas, que incluyen la defensa resuelta de las libertades fundamentales, el respeto a la dignidad humana y la prevalencia de los derechos humanos, a fin de construir una paz genuina y duradera, basada en los pilares de la democracia y de la justicia.



El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas

En sus dos discursos en la Asamblea General de las Naciones Unidas, el Presidente Jair Bolsonaro recordó que Brasil abraza estos valores no sólo por tradición, sino también por mandato constitucional, puesto que están expresados en su Carta Magna, junto con varios otros postulados de la misma inspiración que rigen sus relaciones internacionales. Él todavía enfatizó el fuerte apoyo del gobierno brasileño a las Naciones Unidas, por un mundo donde los Estados se respeten mutuamente y donde los gobiernos nacionales respondan a las demandas de todos sus ciudadanos.

Para tanto, Brasil recurrirá a la mediación, a la diplomacia preventiva y a su papel de constructor de la paz como herramientas indispensables para evitar que las crisis se conviertan en conflictos, así como para garantizar la consolidación de la paz resultante de los acuerdos monitoreados por las Naciones Unidas.

MANTENIMIENTO EFICIENTE DE LA PAZ

Brasil presenta un historial sólido de contribuciones a operaciones de mantenimiento de la paz y misiones políticas especiales de la ONU. Durante los últimos 70 años, el país ha participado en más de 50 misiones de paz con más de 55 mil militares y policías. Comandó la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH) por trece años ininterrumpidos y comandó el Equipo de Tareas Marítimo de la Fuerza Provisional de las Naciones Unidas en el Líbano (FPNUL) durante casi diez años.

También se destaca la participación de Brasil en la Misión de Estabilización de la ONU en la República Democrática del Congo (MONUSCO), en la cual comanda el componente militar y un equipo móvil de entrenamiento especializado en guerra en la jungla proporciona la capacitación de tropas de terceros países que integran la Misión. Además, Brasil ha acogido cursos de entrenamiento de la ONU y ha cooperado con diferentes países en el entrenamiento de sus tropas.

Una vez elegido, en el CSNU, Brasil defenderá la observancia permanente de los principios básicos que rigen las operaciones de mantenimiento de la paz de la ONU: la existencia de la paz a mantener, el consentimiento de las partes y el uso de la fuerza como último recurso. En ese sentido, defenderá la aprobación de mandatos que corroboren la interdependencia entre seguridad y desarrollo y la prevención de conflictos. También asegurará que esos mandatos sean realistas, claros y compatibles con los medios y los recursos disponibles para las misiones de paz.



Brasil en la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH), 2004-2017

RESPUESTA HUMANITARIA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS

Brasil seguirá defendiendo el estricto respeto al Derecho Internacional Humanitario y al Derecho Internacional de los Derechos Humanos, con la máxima atención a las libertades individuales y a las garantías fundamentales, tanto de las partes en los conflictos armados como del Consejo de Seguridad en la imposición de sanciones y otras medidas que respaldan la paz y seguridad internacionales.

Brasil es miembro del Grupo de Amigos sobre la protección de los civiles en los conflictos armados, donde actúa para estimular a la comunidad internacional a reducir los impactos de los conflictos armados en la población civil. En el cumplimiento de esa misión, seguirá comprometido con la protección de las poblaciones vulnerables en el contexto del conflicto armado, sobre todo las mujeres, los niños, los ancianos y las personas con discapacidades.

Favorecerá iniciativas relacionadas con la garantía de la educación de niños y jóvenes, especialmente los refugiados y desplazados internos, y favorecerá medidas de protección a los hospitales y de garantía del acceso a los servicios médicos. En la opinión de Brasil, sin abandonar jamás la brújula fundamental de la libertad, dichas acciones deben emprenderse con aún mayor vigor frente a la pandemia de COVID-19, que lamentablemente ha cobrado tantas vidas y generado aprensión con respecto al futuro del mundo poscoronavirus.



Operación Acogida - Más de 250 mil refugiados venezolanos protegidos

AVANCE DE LA AGENDA DE MUJERES, PAZ Y SEGURIDAD

En 2017, Brasil lanzó su primer Plan de Acción Nacional sobre Mujeres, Paz y Seguridad, cuya vigencia fue extendida en 2019 por cuatro años más. Durante dos años consecutivos, en 2019 y 2020, cascos azules brasileñas fueron premiadas por la ONU por su trabajo en la MINUSCA, en la República Centroafricana. Las comandantes Márcia Braga y Carla Araújo son testigos de la excelencia del entrenamiento ofrecido por las Fuerzas Armadas de Brasil a sus tropas y de los beneficios obtenidos con la participación plena, igualitaria y significativa de las mujeres en las misiones de la ONU.

En su mandato, Brasil promoverá la valorización de la agenda de mujeres, paz y seguridad como aplicación práctica de la relación entre mantenimiento

y consolidación de la paz. Además, utilizará sus credenciales como país contribuyente de tropas reconocidas por su disciplina para ayudar en la lucha contra la explotación y los abusos sexuales. Adepto a la política de tolerancia cero de la ONU, Brasil cree que su experiencia modelo en prevención y entrenamiento ofrecerá fórmulas eficaces para resolver el problema.



Comandante Márcia Andrade Braga, Consultora de Género de MINUSCA

COORDINACIÓN CON LA COMISIÓN DE CONSOLIDACIÓN DE LA PAZ

Brasil participa activamente en el debate sobre fortalecimiento de la Arquitectura de Naciones Unidas para la Consolidación de la Paz. Como partidario de la creación de la Comisión de Consolidación de la Paz (de la sigla en inglés, PBC) en 2005, y presidente del organismo en 2014, Brasil promovió la participación de los países en desarrollo y de las organizaciones regionales y de subregionales africanas en las actividades de la Comisión y buscó el compromiso entre la PBC y el CSNU.

Brasil defiende un enfoque integrado para la prevención y resolución de conflictos y el mantenimiento y consolidación de la paz. Considera que el CSNU y la PBC deben trabajar juntos siempre que sea posible y apoya el papel de asesoramiento de la PBC junto al CSNU, especialmente en las negociaciones para la renovación de mandatos y el cierre de operaciones de mantenimiento de la paz y misiones políticas especiales.

Desde 2007, Brasil ha presidido la configuración de Guinea-Bissau de la PBC. Como el primer país en desarrollo a ejercer la función, Brasil ha trabajado en estrecha coordinación con los actores nacionales y las organizaciones regionales e internacionales relevantes.

En su mandato, Brasil defenderá que la paz duradera no significa simplemente la ausencia de conflictos armados, sino que también requiere, de manera estructural, el respeto de las libertades fundamentales y de la dignidad humana, incluso la libertad de expresión y la libertad religiosa.



Brasil en la Comisión de Consolidación de la Paz

ARTICULACIÓN CON ORGANIZACIONES REGIONALES

Brasil reconoce la importancia de la colaboración y de la planificación conjunta entre la ONU y las organizaciones regionales relevantes.

En el continente americano, el país buscará contribuir al aumento de la cooperación y coordinación entre el Consejo de Seguridad de la ONU y la Organización de los Estados Americanos (OEA), en beneficio del tratamiento de las situaciones en Haití y Colombia, así como frente al drama vivido por Venezuela. El crimen organizado transnacional es hoy una de las mayores amenazas a la paz del continente.

Brasil también apoya a la Unión Africana (UA) y a las organizaciones subregionales del continen-



te africano en la búsqueda de “soluciones africanas para los problemas africanos”. En este sentido, destaca la importancia de mejorar la cooperación entre la Secretaría de las Naciones Unidas y la Comisión de la UA, así como entre el CSNU y el Consejo de Paz y Seguridad de la UA. También reconoce el papel de la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa (CPLP), la cual seguirá actuando en favor de la concertación política para la promoción de la paz y de la seguridad internacional.

POR UN CONSEJO DE SEGURIDAD MÁS REPRESENTATIVO Y EFICAZ

Las credenciales brasileñas están certificadas en el desempeño de mandatos como miembro no permanente del Consejo de Seguridad en los bienios 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99, 2004-05 y 2010-11. Brasil siempre ha actuado, en esos diez mandatos, en favor de la armonización de posiciones entre las naciones soberanas que lo componen, sobre todo en situaciones de gran polarización y divergencia.

Reconociendo la prerrogativa del Consejo de autorizar el uso de la fuerza, Brasil defiende que el organismo actúe de manera eficiente, transparente y responsable, con métodos de trabajo mejorados, orientado por los propósitos y principios de la Carta de las Naciones Unidas y guiado por el interés del conjunto de los Estados Miembros de la Organización.

Brasil mantendrá su compromiso inquebrantable con la reforma del Consejo de Seguridad. Para Brasil, la reforma, tan necesaria, representará un avance esencial para que el CSNU mantenga su centralidad y autoridad ante los múltiples y complejos desafíos que enfrentan la paz y la seguridad internacional en el siglo XXI, entre los cuales están la financiación del terrorismo y la proliferación de armas de destrucción masiva.



BRASIL

CONSELHO DE SEGURANÇA
DAS NAÇÕES UNIDAS
2022-2023



BRASIL

CONSELHO DE SEGURANÇA
DAS NAÇÕES UNIDAS

2022-2023



"Paz", de Candido Portinari, na sede das Nações Unidas desde 1957

"Peace", by Candido Portinari, at the United Nations headquarters since 1957

"Paix", de Candido Portinari, au siège des Nations unies depuis 1957

"Paz", de Candido Portinari, en la sede de las Naciones Unidas desde 1957



BRASIL

CONSELHO DE SEGURANÇA
DAS NAÇÕES UNIDAS
2022-2023



MINISTÉRIOS DAS
RELAÇÕES EXTERIORES

PRODUÇÃO



IMPRESSÃO